



Ano após ano, o Direito Eleitoral vem acentuando sua autonomia acadêmica no Direito brasileiro e colocando-se no centro dos grandes debates nacionais. O *Tratado de Direito Eleitoral* representa a mais ambiciosa coleção de doutrinas em Direito Eleitoral no Brasil. A coletânea, que conta com a contribuição de mais de duzentos autores, compilou os principais estudos acerca dos mais atuais debates deste ramo do Direito, sistematizando-os em oito grandes temas: *Direito Constitucional Eleitoral, Direito Partidário, Elegibilidade e Inelegibilidades, Propaganda Eleitoral, Financiamento e Prestação de Contas, Direito Processual Eleitoral, Abuso de Poder e Perda de Mandato e Direito Penal e Processo Penal Eleitoral*. Assim, o *Tratado de Direito Eleitoral* vem para se tornar a principal fonte de pesquisa acadêmica e profissional em Direito Eleitoral existente até hoje.

LUIZ FUX  
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA  
WALBER DE MOURA AGRA  
*Coordenadores*

Luiz Eduardo Peccinin  
*Organizador*

*Comissão Científica*

Roberta Maia Gresta  
Frederico Franco Alvim  
João Andrade Neto

*Comissão Executiva*

Maitê Chaves Marrez  
Paulo Henrique Golambiuk  
Waldir Franco Félix Júnior

VOLUME 8  
**DIREITO PENAL E  
PROCESSO PENAL ELEITORAL**

COLEÇÃO  
**TRATADO DE  
DIREITO ELEITORAL**

**Área específica**  
Direito Eleitoral

**Áreas afins**  
Direito Constitucional, Direito Político e  
Parlamentar, Ciência Política

**Público-alvo/consumidores**  
Acadêmicos, advogados, servidores da Justiça  
Eleitoral, juízes e promotores eleitorais

**FORMATO:** 17,0 X 24,0 cm  
**CÓDIGO:** 10001397

D597 Direito Penal e Processo Penal Eleitoral / Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.); Luiz Eduardo Peccinin (Org.). – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

537 p.  
Tratado de Direito Eleitoral  
V. 8

ISBN da Coleção: 978-85-450-0495-0  
ISBN do Volume: 978-85-450-0503-2

1. Direito Eleitoral. 2. Direito Constitucional. 3. Direito partidário. 4. Ciência Política. I. Fux, Luiz. II. Pereira, Luiz Fernando Casagrande. III. Agra, Walber de Moura. IV. Peccinin, Luiz Eduardo. V. Título.

CDD 341.28  
CDU 342.8

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura (Coord.); PECCININ, Luiz Eduardo (Org.). *Direito Penal e Processo Penal Eleitoral*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 537 p. (Tratado de Direito Eleitoral, v. 8.) ISBN 978-85-450-0503-2.

## **LUIZ FUX**

Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Professor catedrático de processo civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito Processual Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Membro da Academia Brasileira de Filosofia. Presidente da Comissão de Juristas do Novo Código de Processo Civil.

## **LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA**

Advogado. Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professor de processo civil da Pós-Graduação do Instituto Romeu Bacellar e de outras instituições. Foi membro consultor da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil do Conselho Federal da OAB. É autor, ainda, de inúmeros artigos, cursos e palestras na área do Direito Processual Civil e do Direito Empresarial. Compõe o Conselho Científico de diversas revistas jurídicas. Atualmente é Conselheiro titular do Conselho Seccional na OAB-PR. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

## **WALBER DE MOURA AGRA**

Advogado e Procurador do Estado de Pernambuco. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco/Università degli Studio di Firenze. Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Montesquieu Bordeaux IV. Professor Visitante da Universidade Montesquieu Bordeaux IV (2008). Visiting Research Scholar of Cardozo Law School. Diretor e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais. Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Professor visitante da Universidade de Bari - Itália. Professor do Centro Didático Euro Americano (CEDEUAM) da Università Del Salento. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

## LUIZ EDUARDO PECCININ (Organizador)

Advogado. Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Especialista em Direito Eleitoral pela Universidade Positivo. Vice-Presidente do IPRADE – Instituto Paranaense de Direito Eleitoral. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Coordenador Executivo do curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Universidade Positivo e do Curso de Pós-Graduação *In Company* em Direito Eleitoral UP e TRE/PR. Membro da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraná.

Sumário:

### PARTE I

## O DIREITO PENAL ELEITORAL E SEUS BENS JURÍDICOS

### CAPÍTULO 1

#### O ALCANCE E OS BENS JURÍDICOS RESGUARDADOS PELO DIREITO ELEITORAL

ANTONIO CARLOS DA PONTE, LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA SANTOS AOKI .....	21
1.1 Introdução .....	21
1.2 Conceito de bem jurídico.....	21
1.3 Escorço histórico do bem jurídico penal .....	22
1.4 Nomenclatura: dimensão x geração .....	26
1.4.1 Evolução das dimensões de direitos fundamentais .....	27
1.5 Bens jurídicos difusos e Direito Eleitoral .....	29
1.6 Considerações finais.....	31
Referências.....	32

### CAPÍTULO 2

#### AS (IM)POSSIBILIDADES DE UM DIREITO PENAL ELEITORAL BRASILEIRO

JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES .....	35
2.1 Introdução .....	35
2.2 O <i>topos</i> do direito penal eleitoral.....	36
2.2.1 Direito eleitoral e direito penal eleitoral .....	37
2.2.2 Direito penal eleitoral e direito penal (comum).....	37
2.2.2.1 Crimes comuns e crimes eleitorais .....	38
2.3 As especificidades do direito penal eleitoral: sua (in)dependência sistêmica.....	40
2.3.1 Objeto .....	40
2.3.2 Fonte(s).....	41
2.3.3 Princípios .....	42
2.4 Os crimes eleitorais no Brasil.....	43
2.4.1 Legislação .....	43
2.4.2 Classificação: bem jurídico tutelado .....	44
2.4.3 Classificação: penas cominadas.....	44
2.4.4 Duas propostas de reforma da legislação penal eleitoral.....	45
2.4.4.1 A proposta do Ministro Carlos Velloso (2005).....	45
2.4.4.2 O Projeto de Lei nº 236/2012 .....	46
2.5 É possível falar de um direito penal eleitoral adotando-se um conceito crítico de bem jurídico-penal?.....	46
2.6 Conclusão .....	49
Referências.....	50

### CAPÍTULO 3

#### A CRISE DE CONFIANÇA NO SISTEMA DE JUSTIÇA ELEITORAL E O QUE OS TIPOS PENAIIS ELEITORAIS PODEM FAZER A RESPEITO

LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES .....	53
3.1 Um certo desconforto.....	53
3.2 Contra o esquecimento jurídico.....	54
3.3 Inefetividade custa prestígio.....	55
3.4 O que fazer?.....	55
3.5 O que fazer? Segunda parte .....	56
3.6 Os crimes de que não precisamos .....	56

3.7	Os crimes de que precisamos, mas não com essa pena e redação.....	63
3.8	Os tipos que remanesceriam.....	66
3.9	Nova criminalização.....	69
3.10	Nós bem que tentamos.....	70
3.11	Corrupção e lavagem de dinheiro praticada por partidos políticos.....	72
3.12	Considerações finais.....	74

**PARTE II**  
**CRIMES ELEITORAIS**

**CAPÍTULO 1**

**ANATOMIA DO CRIME ELEITORAL**

RENÉ ARIEL DOTTI.....	77
1.1 Introdução.....	77
1.1.1 Conceito.....	77
1.1.2 Classificação.....	78
1.1.3 Natureza jurídica.....	79
1.1.4 Modalidades essenciais dos crimes eleitorais.....	79
1.1.5 A excepcional gravidade de certas modalidades.....	80
1.1.6 A antecipação da propaganda eleitoral pela Internet.....	80
1.1.7 A escassa bibliografia de Direito Eleitoral.....	81
1.1.8 A educação e a política.....	81
1.1.9 O pensamento de José de Alencar.....	82
1.2 A reforma do Código Eleitoral.....	82
1.2.1 O Anteprojeto de 1991.....	82
1.2.2 O Anteprojeto de 1995.....	83
1.2.3 O Anteprojeto de 2005.....	83
1.3 O Anteprojeto é encaminhado ao Senado.....	85
1.3.1 O Projeto de Lei do Senado nº 389/2005 e seu substitutivo.....	85
1.4 Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2005.....	85
1.4.1 A distribuição dos ilícitos.....	85
1.4.2 A previsão de novos tipos de crimes.....	85
1.4.3 A fixação dos limites da pena privativa de liberdade.....	87
1.4.4 A introdução das penas restritivas de direito.....	87
1.4.5 O critério de atualização da pena de multa.....	88
1.4.6 Cálculos de aplicação da pena de multa.....	88
1.4.7 Sanção específica para a pessoa jurídica.....	89
1.4.8 Os efeitos da condenação.....	90
1.4.9 Uma nova causa interruptiva da prescrição.....	90
1.4.10 Alguns aspectos de natureza processual.....	90
1.5 Epílogo.....	91
1.5.1 O arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 385/2005.....	91
1.5.2 A nova comissão de juristas.....	91

**CAPÍTULO 2**

**AS MÚLTIPLAS CLASSIFICAÇÕES DOS CRIMES ELEITORAIS E SUA RELEVÂNCIA**

EVÂNIO MOURA.....	93
2.1 Introdução.....	93
2.2 Conceito de crime eleitoral, evolução histórica e seus desdobramentos.....	93
2.3 Crime eleitoral, crime político e crime comum.....	96
2.4 Bens jurídicos tutelados pelos crimes eleitorais e princípio constitucional da proporcionalidade.....	98
2.5 Classificação dos crimes eleitorais.....	102
2.5.1 Crimes eleitorais específicos ou puros e crimes eleitorais acidentais.....	103
2.5.2 Crimes de atentado e crime eleitoral.....	103
2.5.3 Crime eleitoral comum e próprio.....	104
2.5.4 Classificações doutrinárias do crime eleitoral e sua importância.....	104
2.6 Conclusões.....	107
Referências.....	108

**CAPÍTULO 3**

**TUTELA PENAL ELEITORAL: A NECESSIDADE DE TRAÇAR UM NOVO PARADIGMA PARA A FORMULAÇÃO DOS TIPOS PENAIIS NA ESFERA ELEITORAL**

ANTONIO SERGIO CORDEIRO PIEDADE, LEONARDO CORDEIRO SOUSA,

WALESKA ROBERTA RODRIGUES CIPRIANO.....	109
---	-----

3.1	Introdução .....	109
3.2	Dos princípios fundamentais de Direito Eleitoral .....	110
3.3	Dos tipos penais eleitorais.....	111
3.4	Das diretrizes normativas .....	114
3.5	Do bem jurídico penal eleitoral .....	115
3.6	Conclusão .....	117
	Referências.....	117

#### CAPÍTULO 4

##### APLICABILIDADE DAS LEIS Nº 9.099/95 E Nº 10.259/2001 AOS CRIMES ELEITORAIS

	KELSEN DE FRANÇA MAGALHÃES.....	119
4.1	A aplicabilidade ou não dos institutos “despenalizadores” em relação aos crimes eleitorais .....	120
4.1.1	Outros benefícios das Leis dos Juizados aplicáveis aos crimes eleitorais.....	135
4.2	Competência para processar e julgar crimes eleitorais de menor potencial ofensivo.....	136
4.3	Possibilidade de aplicação ou não do procedimento ou rito estabelecido nas leis dos Juizados aos crimes eleitorais .....	141
	Referências.....	145

#### CAPÍTULO 5

##### CRIMES ELEITORAIS E INELEGIBILIDADE

	DANIELA DE CÁSSIA WOCHNICKI .....	147
5.1	Introdução .....	147
5.2	A inelegibilidade .....	148
5.3	A aferição da inelegibilidade .....	150
5.4	A inelegibilidade por condenação criminal.....	153
5.5	Conclusão .....	160

#### CAPÍTULO 6

##### REFLEXÕES SOBRE A DETERMINAÇÃO JUDICIAL DA PENA: DO SUBJETIVISMO À PENA PROPORCIONAL AO FATOS

	RONAN ROCHA.....	163
6.1	Introdução .....	163
6.2	Breve panorama das teorias sobre os fundamentos da determinação judicial da pena .....	166
6.2.1	A teoria do espaço livre ( <i>Spielraumtheorie</i> ) ou da moldura da culpabilidade ( <i>Schuldrahmentheorie</i> ) .....	166
6.2.2	Teoria dos níveis .....	168
6.2.3	Teoria da pena proporcional ao fato.....	169
6.3	Considerações críticas à luz do ordenamento jurídico brasileiro .....	176
	Referências.....	180

### PARTE III

## OS CRIMES ELEITORAIS EM ESPÉCIE

#### CAPÍTULO 1

##### A PRINCIPIOLOGIA CONSTITUCIONAL E OS CRIMES ELEITORAIS

	LEONARDO SCHMITT DE BEM.....	185
--	------------------------------	-----

#### CAPÍTULO 2

##### CRIMES CONTRA A HONRA E A VERDADE NAS CAMPANHAS ELEITORAIS NA INTERNET: UMA NECESSÁRIA REVISITAÇÃO EM UMA SOCIEDADE EM REDE

	JOSÉ ANTÔNIO REMÉDIO, MARCELO RODRIGUES DA SILVA, RICHARD PAE KIM.....	199
2.1	Introdução .....	199
2.2	Uma breve contextualização dos crimes contra a honra e a verdade nas campanhas eleitorais na internet em uma sociedade em rede .....	201
2.3	Crime de divulgação de fatos sabidamente inverídicos (artigo 323 do Código Eleitoral) .....	205
2.4	Crimes de calúnia, difamação e injúria eleitorais (artigos 324, 325 e 326 do Código Eleitoral).....	213
2.5	Considerações finais.....	218
	Referências.....	220

### CAPÍTULO 3

#### A LIBERDADE DO VOTO NO DIREITO PENAL ELEITORAL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS CRIMES E AS PENAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR

LUCIANO ZAMBROTA .....	223
3.1 Introdução .....	223
3.2 A proteção da liberdade na Constituição de 1988 .....	224
3.2.1 Da liberdade em geral.....	224
3.2.2 Da liberdade individual.....	224
3.2.3 Da liberdade para o exercício do voto.....	226
3.3 O direito penal eleitoral.....	227
3.3.1 Conceito e finalidade.....	227
3.3.2 Os crimes contra a liberdade do voto e as penas da lei .....	228
3.3.2.1 Notas gerais introdutórias .....	228
3.3.2.2 Crimes eleitorais em espécie que ofendem indiretamente a liberdade do voto.....	229
3.3.2.3 Crimes eleitorais em espécie que ofendem diretamente a liberdade do voto .....	233
3.3.3 O processo penal eleitoral .....	241
3.4 Conclusão .....	245
Referências.....	246

### CAPÍTULO 4

#### A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO DO ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97 COMO EXPRESSÃO DA CORRUPÇÃO ELEITORAL E A NECESSÁRIA ADOÇÃO DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE PARTIDÁRIA

FERNANDA RAVAZZANO L. BAQUEIRO .....	249
4.1 Introdução .....	249
4.2 A corrupção eleitoral e a ofensa aos alicerces da soberania popular: a necessária atuação em conformidade para o respeito à cidadania e ao estado democrático de direito .....	250
4.2.1 Os alicerces da soberania popular e a corrupção eleitoral: quando o interesse privado se sobrepõe ao interesse público .....	251
4.2.2 Prevenção e repressão à corrupção eleitoral: análise do artigo 299 do CE e a necessidade de atuar em conformidade .....	252
4.2.2.1 Repressão à corrupção eleitoral no Código Eleitoral .....	252
4.2.2.2 Mudança cultural: a prevenção como ferramenta de combate à corrupção e o atuar em conformidade.....	256
4.3 Da captação ilícita de sufrágio do art. 41-A da Lei nº 9.504/97 como expressão da corrupção eleitoral.....	257
4.3.1 Fundamentação teórica do art. 41-A e os equívocos na construção do tipo.....	257
4.3.2 Estrutura do tipo.....	259
4.4 A responsabilidade dos partidos políticos por atos de seus filiados e a incidência da Lei Anticorrupção às agremiações.....	262
4.5 A necessária adoção dos programas de <i>compliance</i> partidária para a prevenção e repressão da corrupção eleitoral.....	266
4.5.1 Responsabilidade solidária pelas condutas ilícitas dos filiados .....	266
4.5.2 Medidas de conformidade a serem implementadas .....	267
4.6 Considerações finais.....	269
Referências.....	270

### CAPÍTULO 5

#### O DIREITO PENAL GLOBALIZADO E SUA INCIDÊNCIA SOBRE AS LISURAS DE PLEITOS ELEITORAIS

RENATO CARDOSO DE ALMEIDA ANDRADE .....	275
5.1 Apresentação.....	275
5.2 Introdução .....	276
5.3 A ideia básica da lisura eleitoral e sua estruturação .....	278
5.4 Globalização e direito .....	280
5.5 A nova criminalidade e a dramatização da violência .....	282
5.6 A ordem mundial .....	284
5.7 As instâncias de controle contra a corrupção e a lisura dos pleitos eleitorais.....	287
5.8 Conclusão .....	289

### CAPÍTULO 6

#### A CRIMINALIZAÇÃO DO CAIXA 2 E DA LAVAGEM DE DINHEIRO NO PROCESSO ELEITORAL

FREDIANO JOSÉ MOMESSO TEODORO.....	291
6.1 Introdução .....	291
6.2 A representatividade democrática como um bem jurídico penalmente tutelável.....	292
6.3 Sobre a adequação e a necessidade de uma resposta penal.....	297
6.4 A criminalização das condutas atinentes ao financiamento de campanhas eleitorais.....	298
6.5 O crime de lavagem de dinheiro no recebimento de doações para a campanha eleitoral .....	299
6.6 A criminalização do <i>caixa 2</i> no processo eleitoral.....	300
6.7 Conclusão .....	302
Referências.....	303

PARTE IV  
O DIREITO PROCESSUAL PENAL ELEITORAL

CAPÍTULO 1

APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA E SUPLETIVA DO PROCESSO PENAL COMUM  
AO PROCESSO PENAL ELEITORAL

MARCOS RAMAYANA.....	307
----------------------	-----

CAPÍTULO 2

OS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO DIREITO ELEITORAL E AO PROCESSO PENAL ELEITORAL

DAIENE KELLY GARCIA .....	321
2.1 Introdução .....	321
2.2 O Direito Eleitoral e o Direito Processual Penal Eleitoral.....	322
2.3 Hermenêutica principiológica no Direito Eleitoral .....	323
2.4 Princípios constitucionais eleitorais.....	324
2.4.1 Princípio republicano.....	325
2.4.2 Princípio democrático.....	325
2.4.3 Princípio federativo.....	326
2.4.4 Princípio da soberania popular.....	326
2.4.5 Princípio da participação das minorias na democracia.....	327
2.4.6 Princípio da separação dos poderes.....	328
2.4.7 Princípio da moralidade.....	328
2.4.8 Princípio da informação e deveres de transparência e publicidade .....	329
2.4.9 Princípio da liberdade de expressão.....	329
2.5 Princípios eleitorais.....	329
2.5.1 Princípio da autenticidade ou da legitimidade e higidez.....	330
2.5.2 Princípio da igualdade de oportunidades.....	330
2.5.3 Princípio da liberdade para o exercício do mandato .....	331
2.5.4 Princípio da estrita legalidade eleitoral.....	331
2.5.5 Princípio da anualidade eleitoral.....	331
2.5.6 Princípio da celeridade.....	334
2.5.7 Princípio da periodicidade da investidura nas funções eleitorais .....	335
2.5.8 Princípio das capacidades institucionais .....	335
2.5.9 Princípio do minimalismo judicial.....	335
2.6 Princípios processuais penais eleitorais.....	336
2.6.1 Princípio da dignidade da pessoa humana .....	336
2.6.2 Princípio da presunção de inocência.....	336
2.6.3 Princípio do devido processo legal eleitoral .....	342
2.6.4 Princípio da competência e princípio do juiz natural.....	343
2.6.5 Princípio da inafastabilidade da jurisdição.....	343
2.6.6 Princípio da imparcialidade do juiz .....	343
2.6.7 Princípio do dispositivo.....	344
2.6.8 Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	344
2.6.9 Princípio da cognição e princípio do livre convencimento.....	345
2.6.10 Princípio da busca da verdade democrática eleitoral .....	345
2.6.11 Princípio da publicidade.....	345
2.7 Considerações finais.....	346
Referências.....	347

CAPÍTULO 3

CONSTITUIÇÃO E PROCESSO: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO  
PROCESSO PENAL ELEITORAL

LETÍCIA LACERDA DE CASTRO .....	349
3.1 Introdução .....	349
3.2 Breves apontamentos sobre o bem jurídico tutelado no tipo penal eleitoral .....	350
3.3 O processo penal constitucional.....	354
3.3.1 Construções teóricas .....	354
3.3.2 O processo penal “eleitoral” constitucional .....	356
3.4 Para além da aplicação subsidiária do Código Processual Penal no processo penal eleitoral é a obrigatoriedade de se respeitar – e concretizar! – os direitos e garantias constitucionais do processo .....	360
3.4.1 A acusatoriedade do sistema.....	360
3.4.2 A imparcialidade “objetiva” do juiz.....	362
3.4.3 O direito de o réu ser tratado como inocente.....	363
3.4.4 A prova penal “eleitoral” .....	364

3.4.5	O devido processo constitucional e o contraditório, a ampla defesa, a isonomia e a fundamentação das decisões: eixos de concretude da dignidade humana no processo penal .....	367
3.5	Considerações finais.....	370

#### CAPÍTULO 4

##### O MINISTÉRIO PÚBLICO E A INVESTIGAÇÃO DE CRIME ELEITORAL

PAULO CÉSAR BUSATO, RODRIGO J. CAVAGNARI .....		373
4.1	Introdução .....	373
4.2	O problema: a investigação de crime eleitoral .....	374
4.2.1	A <i>notitia criminis</i> dos delitos eleitorais.....	374
4.2.2	O flagrante de crime eleitoral .....	375
4.3	O inquérito policial eleitoral .....	376
4.3.1	A ação direta de inconstitucionalidade.....	377
4.4	O que late por trás do problema: a posição do juiz e do Ministério Público no processo penal .....	378
4.4.1	Da questão constitucional dos sujeitos processuais no processo penal .....	379
4.4.1.1	A função constitucional da polícia no plano eleitoral .....	380
4.4.1.2	A ação penal eleitoral e o exercício de sua titularidade pelo Ministério Público .....	380
4.5	O princípio acusatório que deve orientar o processo penal eleitoral .....	383
4.6	Um argumento de reforço: <i>back to Hobbes</i> .....	385
4.7	Conclusão .....	386
	Referências .....	387

#### CAPÍTULO 5

##### ANÁLISE CRÍTICA AO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL APLICADO NO DIREITO ELEITORAL

HENRIQUE DUMSCH PLOCHARSKI, DESIRÉE MAGELA DELOR RODRIGUEZ.....		389
5.1	Introdução .....	389
5.2	Premissas teóricas acerca da inelegibilidade e do princípio da obrigatoriedade .....	390
5.3	Análise crítica do princípio da obrigatoriedade no Direito Penal Eleitoral.....	393
5.4	Conclusão .....	398
	Referências.....	399

#### CAPÍTULO 6

##### O PROCEDIMENTO DO PROCESSO PENAL ELEITORAL E SUAS PECULIARIDADES

VINICIUS CORDEIRO.....		401
	Introdução .....	401
6.1	O procedimento do Código Eleitoral.....	401
6.2	Fase pré-processual ou de investigação .....	402
6.3	Competência.....	403
6.3.1	Crimes eleitorais conexos com crimes contra a vida.....	404
6.3.2	Crimes eleitorais como crimes comuns.....	406
6.3.3	Competência para o julgamento de seus membros.....	406
6.4	Ação penal.....	407
6.4.1	Ação penal privada subsidiária.....	408
6.4.1.1	Ação penal e o advento da Lei nº 11.719/08 .....	409
6.5	Fases do processo .....	410
6.5.1	A denúncia.....	410
6.5.2	Juízo de admissibilidade da acusação.....	411
6.5.3	Resposta à acusação .....	413
6.5.4	Instrução e interrogatório.....	413
6.5.4.1	Cabimento da <i>sursis</i> processual e transação penal.....	415
6.5.5	Alegações finais e sentença .....	416
6.5.6	Recursos no processo penal eleitoral .....	417
6.5.7	Medidas cautelares.....	419
6.6	Conclusão .....	419

#### CAPÍTULO 7

##### O INTERROGATÓRIO DO ACUSADO NO PROCEDIMENTO ESPECIAL DOS CRIMES ELEITORAIS: CRÍTICA À EFICÁCIA DA REGRA DO ART. 359, *CAPUT*, DO CÓDIGO ELEITORAL

BRUNO AUGUSTO VIGO MILANEZ .....		421
7.1	Introdução .....	421
7.2	Há antinomia entre o art. 359, do CE e o art. 400, <i>caput</i> , do CPP?.....	423



7.3	A antinomia aparente entre as regras do interrogatório: a não prevalência, <i>a priori</i> , da especialidade sobre o critério cronológico e os reflexos nas decisões sobre o momento do interrogatório do acusado.....	430
7.4	Cronologia e especialidade: a prevalência do critério que melhor atende ao texto constitucional e a consequente fixação do interrogatório, no procedimento dos crimes eleitorais, como último ato da instrução.....	437
7.5	Conclusões.....	439
	Referências.....	439

## CAPÍTULO 8

### ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE A PROVA ILÍCITA NO PROCESSO PENAL ELEITORAL

LEANDRO SOUZA ROSA .....	441	
8.1	Introdução .....	441
8.2	Sobre o direito à prova.....	442
8.3	Limitações do direito à prova no processo penal .....	444
8.4	Particularidades da prova no processo eleitoral.....	446
8.5	A questão das provas ilícitas no processo penal eleitoral .....	449
8.6	Uso da teoria dos frutos da árvore envenenada e suas inadequadas exceções.....	452
8.7	Gravações clandestinas na visão do TSE.....	456
8.8	Aproveitamento possível da prova ilícita.....	460
8.9	Conclusão .....	461
	Referências.....	462

## CAPÍTULO 9

### A SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO POLÍTICO-ELEITORAL

FAUZI HASSAN CHOUKR .....	465	
9.1	Direitos políticos e sua interface com o Direito Penal.....	465
9.2	A sentença penal eleitoral e seus impactos nos direitos políticos .....	466
	Referências.....	472

## CAPÍTULO 10

### OS RECURSOS NO PROCESSO PENAL ELEITORAL

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA, LUANA LOPIZIC CARVALHO, PEDRO CARVALHO CHAGAS.....	475	
10.1	Introdução .....	475
10.2	O sono dogmático do processo penal eleitoral .....	476
10.2.1	O processo penal brasileiro: o germe autoritário.....	476
10.2.2	O sistema recursal no processo penal eleitoral .....	477
10.3	Recursos no processo penal eleitoral.....	478
10.3.1	Recurso eleitoral. Apelação criminal .....	479
10.3.1.1	Cabimento .....	479
10.3.1.2	Prazo para a interposição.....	479
10.3.1.3	Competência .....	479
10.3.1.4	Processamento .....	479
10.3.2	Embargos de declaração .....	480
10.3.2.1	Cabimento .....	480
10.3.2.2	Prazo para interposição.....	480
10.3.2.3	Competência e processamento.....	481
10.3.3	Embargos infringentes .....	481
10.3.3.1	Cabimento .....	481
10.3.3.2	Prazo para interposição.....	482
10.3.3.3	Competência e processamento.....	482
10.3.4	Recurso em sentido estrito .....	482
10.3.4.1	Cabimento .....	482
10.3.4.2	Prazo de interposição .....	483
10.3.4.3	Competência e processamento.....	483
10.3.5	Recurso especial.....	484
10.3.5.1	Cabimento .....	484
10.3.5.2	Prazo para interposição.....	485
10.3.5.3	Competência e processamento.....	485
10.3.6	Recurso ordinário – dirigido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) .....	485
10.3.6.1	Cabimento .....	485
10.3.6.2	Competência e procedimento.....	485
10.3.7	Recurso ordinário constitucional – dirigido ao Supremo Tribunal Federal (STF).....	486
10.3.7.1	Cabimento .....	486
10.3.7.2	Prazo para interposição.....	486
10.3.7.3	Competência e processamento.....	486
10.3.8	Recurso extraordinário .....	486

10.3.8.1 Cabimento .....	486
10.3.8.2 Prazo para interposição.....	487
10.3.8.3 Competência e processamento.....	487
10.3.9 Agravo em execução eleitoral.....	487
10.3.9.1 Cabimento .....	488
10.3.9.2 Prazo para interposição.....	488
10.3.9.3 Competência e processamento.....	488
10.3.10 Carta testemunhável.....	488
10.3.10.1 Cabimento .....	488
10.3.10.2 Competência e processamento.....	489
10.4 Sucedâneos recursais .....	489
10.4.1 Revisão criminal .....	489
10.4.1.1 Cabimento .....	490
10.4.1.2 Prazo para interposição.....	490
10.4.1.3 Competência .....	490
10.4.1.4 Processamento .....	491
10.4.2 Habeas corpus.....	491
10.4.2.1 Cabimento .....	491
10.4.2.2 Prazo .....	492
10.4.2.3 Competência .....	492
10.4.2.4 Processamento .....	492
10.4.3 Mandado de segurança.....	493
10.4.3.1 Cabimento .....	493
10.4.3.2 Competência .....	494
10.4.3.3 Processamento .....	494
10.4.4 Correição parcial.....	495
10.4.4.1 Cabimento .....	495
10.4.4.2 Prazo para ajuizamento.....	495
10.4.4.3 Competência e processamento.....	495
10.4.5 Reclamação constitucional .....	495
10.4.5.1 Cabimento .....	495
10.4.5.2 Prazo para ajuizamento.....	496
10.4.5.3 Competência e processamento.....	496
10.5 Conclusão .....	496
Referências.....	497

## CAPÍTULO 11

### UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* E DA REVISÃO CRIMINAL NA COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA ELEITORAL

SAMUEL CAMARGO FALAVINHA.....	499
11.1 Breve histórico sobre os institutos da Revisão Criminal e do <i>Habeas Corpus</i> .....	499
11.2 Da utilização da revisão criminal e do <i>habeas corpus</i> na competência criminal da Justiça Eleitoral.....	506
11.3 Conclusão .....	509
Referências.....	510

## CAPÍTULO 12

### O SISTEMA DE VALORAÇÃO DAS PROVAS NO DIREITO ELEITORAL: A PROVA TESTEMUNHAL SINGULAR, A INTERCEPTAÇÃO AMBIENTAL, ESCUTA AMBIENTAL, GRAVAÇÃO AMBIENTAL NO DIREITO ELEITORAL

FRANCISCO DIRCEU BARROS .....	513
12.1 A prova testemunhal no Direito Eleitoral.....	513
12.2 Sistema de valoração tarifado <i>versus</i> a persuasão racional do magistrado eleitoral .....	515
12.3 A captação ambiental <i>versus</i> a gravação ambiental no Direito Eleitoral .....	516
12.3.1 Divisão da captação ambiental .....	517
12.4 A necessidade de autorização judicial para captação ambiental .....	517
12.5 Gravação ambiental.....	518
12.5.1 Posição atual do TSE no tema gravação ambiental .....	518
12.5.2 Das espécies de gravação ambiental .....	519
12.5.3 A licitude da gravação ambiental privada ou pública com repercussão geral foi reconhecida pelo STF .....	520
12.6 A captação ambiental ou gravação ambiental em defesa de uma liberdade pública.....	521
12.7 Restrições à prova ambiental feita por um dos interlocutores no Direito Eleitoral .....	522
12.8 As provas eleitorais ilícitas derivadas e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” ( <i>the fruit of the poisonous tree</i> ) .....	524
Exemplo didático.....	524
12.9 Limitações à teoria dos “frutos da árvore envenenada” ( <i>the fruit of the poisonous tree</i> ).....	525
12.10 A prova emprestada no Direito Eleitoral.....	528
12.10.1 Prova emprestada e a não exigência das partes uniformes .....	529
12.10.2 Prova emprestada e exigência de contraditório .....	529

12.10.3 Prova emprestada e celeridade processual .....	530
12.10.4 O valor da prova emprestada no direito eleitoral .....	530
Referências .....	531
 SOBRE OS AUTORES.....	 533